

41º ENCONTRO ANUAL
23 A 27 DE OUTUBRO DE 2017
HOTEL GLÓRIA | CAXAMBU-MG

ANPOCS



GT 22 – Partidos e sistemas partidários

No voto e na fé: bases sociais e estratégias eleitorais dos candidatos evangélicos nas eleições de 2016 em Curitiba

Tiago Daher Padovezi Borges (UFSC)

Flávia Roberta Babireski (UFPR)

Bruno Bolognesi (UFPR)

1. Introdução

A chamada “bancada evangélica” vem ganhando espaço nos últimos anos na mídia brasileira e nos estudos sobre o Congresso Nacional. A presença deste grupo de parlamentares é bem anterior ao holofote midiático, fruto recente da articulação e atuação conservadora em torno de pautas de grande repercussão social.

Neste movimento o que chama pouca atenção aos vínculos tanto das elites quanto dos eleitores em relação aos partidos políticos brasileiros. Limitando-se a descrever alguns padrões de filiação, não foi identificado um estudo que tratou de maneira aprofundada no modo como se relacionam partidos e evangélicos. Trata-se de uma lacuna que nos impulsiona para investigar o posicionamento dos candidatos e a existência de diferentes elos entre os candidatos evangélicos e os partidos políticos.

Para tentar nos aproximarmos desta lacuna entre legendas partidárias e evangélicos o objetivo deste trabalho é buscar mostra se estas legendas que a princípio possuem organização permeada pela religião, contendo doutrina e eleitorado com perfil específico, possuem estratégias e formas de fazer política diferentes, vinculados às instituições religiosas.

Os dados apresentados neste *paper* são fruto de um *survey* intitulado: Quem decide concorrer? Um estudo dos candidatos a vereador (e de seus partidos) em Curitiba nas eleições de 2016. Foram entrevistados 781 candidatos dos 34 partidos que disputaram a eleição municipal, no período de agosto a outubro de 2016. Realizada em parceria entre os grupos de pesquisa LAPeS (Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários) e Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, ambos vinculados ao Departamento de Ciência Política da UFPR (Universidade Federal do Paraná), o curso de graduação em ciência política da Uninter (Centro Universitário Internacional – Curitiba/Paraná), a graduação em ciências sociais da PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica – Curitiba/Paraná) e jornal Gazeta do Povo.

Iniciamos o artigo com a construção da aproximação entre os partidos brasileiros e as Igrejas Evangélicas, a partir da reabertura democrática. Seguimos onde são apresentados os critérios e quais legendas são pertencentes a denominação confessional. Na penúltima sessão são apresentados os dados que iluminam a problemática destacada no trabalho, apontando os vínculos entre candidatos das legendas confessionais presentes no momento da seleção dos candidatos e da campanha eleitoral, e finalizamos com as conclusões do estudo.

2. O fenômeno evangélico e a novidade estratégica

Antes de qualquer coisa, mesmo gerando desconfortos em setores progressistas da sociedade, não é exagero afirmar que estamos assistindo uma rara combinação de crescimento populacional e de aumento de representantes desse específico grupo social. Como um reflexo, mesmo com velocidades e proporções distintas, é possível afirmar partimos de um fenômeno muito próximo do que podemos pensar uma representação entendida como “espelho”. Desde a década de 80, mesmo antes de partidos mais claramente associados aos evangélicos, os representantes “de Cristo” já estavam presentes em nosso sistema político, conseguindo uma expressiva quantidade de votos e, muitas vezes, se pronunciando em nome de Igrejas e orientações religiosas.

Em relação aos dados populacionais, o crescimento dos evangélicos impressiona, passando a englobar quase um quarto da população brasileira: no último censo, “os evangélicos saltaram de 6,6% em 1980 para 22,2% da população em 2010” (MARIZ, GRACINO Jr., 2013, pg. 161). Mesmo em um país predominantemente cristão, o quadro apontado é de pluralização da adesão religiosa, com a “derrocada constante da hegemonia católica concomitante à consolidação institucional e demográfica dos grupos pentecostais” (MARIANO, 1999, pg. 15). Assim, o país tem assistido uma transformação populacional que reconfigurou o campo religioso de maneira ampla, influenciando em diversos aspectos a vida social e política.

Paralelo a esse crescimento, verifica-se uma representação significativa no Congresso Nacional. Segundo levantamento do DIAP¹, o número de representantes da “bancada evangélica” eleita em 2014 chegou a 75, superando em dois o já expressivo valor da legislatura anterior. Em seu clássico estudo sobre a atuação evangélica na Constituinte, Antônio Flávio Pierucci já constatava 33 “parlamentares que se autoproclamavam evangélicos” (PIERUCCI, 1996, pg. 164) nos princípios de nossa atual experiência democrática. Para o autor, a novidade desse fenômeno residia em uma clara estratégia de tornar os seus vínculos e demandas visíveis para os eleitores. Assim, a novidade política consistia em se anunciar como “parte”, com sólidos vínculos com determinadas Igrejas e de com claros interesses conservadores.

Porém, este movimento de inserção na política partidária se deu de forma dispersa entre os partidos nos anos 1980 e nas duas décadas seguintes. A relação das Igrejas com os partidos é ainda pouco tratada, sendo destacada sua proximidade com os principais partidos brasileiros nos embates presidenciais (CAMPOS, 2005, ORO, 2003). Tendo um capital eleitoral significativo, desde 1989, Igrejas são procuradas por candidatos aos cargos executivos. Outro aspecto destacado pela literatura refere-se à ausência de uma concentração em um ou mais partidos declaradamente religiosos (BORGES, 2009). Ou seja, até o início da primeira década do século XX, o diagnóstico era de dispersão de candidatos e representantes em uma grande quantidade de partidos políticos, que não expunham claramente seus vínculos com as Igrejas.

Um dos elementos centrais na compreensão desse fenômeno é atuação de duas Igrejas, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e Assembleia de Deus (AD). Para autores como Ari Pedro Oro (2003), Leonildo S. Campos (2005), Maria das Dores Machado (2006) e Bruna Suruagy do Amaral Dantas (2011), a sua atuação política possui centralidade no próprio campo evangélico.

O estudo de Dantas (2011) demonstra que só nos anos 2000 as igrejas evangélicas passaram a adotar estratégias para atuação partidária e parlamentar.

¹ Fonte: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/2883-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2015-2019-dezembro-de-2014>

A IURD criou um conselho de bispos da confiança de Edir Macedo e passaram a controlar de forma centralizada o processo de seleção de candidaturas, elaborado a partir do recenseamento de eleitores em cada igreja. Em 2008, Edir Macedo lança o livro *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política*, com a finalidade de afirmar que há um projeto de Deus de Estado e que os cristãos devem se unir e votar para que possa ser posto em prática.

Além dos componentes teológicos contidos, é importante destacar o esforço organizacional da IURD na atividade política, com um forte controle de candidaturas e dispersão geográficas dos esforços no seu lançamento: “Nas grandes cidades (...), a Igreja tem dividido os templos entre os seus candidatos oficiais, sendo que essas ‘paróquias’ se comportam como se fossem ‘distritos eleitorais’” (CAMPOS, 2005, pg. 61). Trata-se de uma estratégia marcada por um rígido controle pelas principais lideranças, que avaliam a viabilidade e, em seguida, definem como a campanha será estruturada nas Igrejas². Assim, trata-se de uma estratégia que combinava a ambição de obter maior visibilidade e influenciar na produção legislativa com uma compreensão do como o sistema político funciona. É importante destacar que, para tais autores, essa organização não se restringiu a IURD, se alastrando para as demais Igrejas evangélicas, chegando a influenciar os católicos. (ORO, 2003)³. Hoje o PRB é o partido com forte vínculo com a IURD e com concentração de candidaturas.

Historicamente o PDS está ligado a Assembleia de Deus desde início dos anos 1980 (Freston 1993, p.206), onde já havia interesse de membros da AD para

² Assim Oro (2003, pg. 55) descreve a estratégia da IURD. “Como procede a Igreja Universal para alcançar uma tal façanha no campo político? Ela resulta de um modo próprio de fazer política que, desde 1997, adotou, no âmbito nacional, o modelo corporativo da “candidatura oficial”, cujo número de candidatos para os distintos cargos eletivos depende do capital eleitoral de que dispõe. Dessa forma, realiza, antes das eleições, uma campanha para os jovens de 16 anos obterem seu título eleitoral e efetua uma espécie de “recenseamento” de seus membros/fiéis, no qual figuram seus dados eleitorais. Tais dados são apresentados aos bispos regionais que, por sua vez, os transmitem ao Bispo Rodrigues. Juntos deliberam quantos candidatos lançam em cada município ou Estado, dependendo do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral dos partidos e no número de eleitores recenseados pelas igrejas locais. Uma vez lançados os candidatos, usam os cultos, as concentrações em massa e a mídia própria (televisão, rádio, jornal) – de acordo com a legislação eleitoral – para fazer publicidade dos mesmos”.

³ “O sucesso político da IURD parece estar produzindo um efeito mimético no campo religioso. Assim, por exemplo, uma parcela da Assembleia de Deus vê a IURD como uma igreja que precisa ser imitada” (Oro, 2003, pg. 59).

constituírem quadro de candidatos e membros do partido. Porém o estopim para a politização dos evangélicos ocorreu na Constituinte, quando depois da nomeação de um representante da CNBB várias igrejas evangélicas reagiram exigindo representatividade também, e ao final obtendo sucesso. Em resposta a estratégia bem-sucedida da IURD a AD, também passou a adotar estratégias eleitorais. Porém a AD possui muitas dissidências e ramificações, então foi constituído um conselho de pastores, com representantes de todas as subdivisões da igreja, que selecionam os pré-candidatos.

Neste movimento dos anos 2000 foi criada a Frente Parlamentar Evangélica em 2003. Sua função era aproximar os políticos com a mesma afinidade religiosa. Porém o seu início não foi muito frutífero, pois frentes parlamentares não possuem mecanismos de coerção das ações de seus membros, muitas vezes levando ao não sucesso de estratégia pré-acordadas. A Frente foi refundada na atual legislatura, em 2015, com o aumento do número de deputados evangélicos nas últimas legislaturas sua força aumentou, hoje conta com 198 deputados e 4 senadores e é uma das mais atuantes na Câmara.

Assim, o presente trabalho parte de uma transformação desse quadro, com a existência de partidos mais claramente vinculados com as Igrejas evangélicas. Nos últimos anos, em partidos como PSC, PRB, PEN, verifica-se que o vínculo é cada vez mais visível e os esforços parecem estar cada vez mais concentrados em partidos pequenos e médios. Trata-se de um elemento novo, que deve ser compreendido sob a luz de uma discussão que pouco é levantada entre os trabalhos sobre a inserção política desse grupo social. É fundamental tratarmos esse problema levando em conta a arena que os candidatos e Igrejas têm atuado: no sistema partidário brasileiro, condicionado por determinadas regras e práticas que podem, obviamente, influenciar na estratégia desses atores.

3. Há partidos evangélicos?

Na literatura politológica, partidos confessionais são apresentados a partir de alguns critérios definidores de tipologias e de famílias de partidos. Gunther &

Diamond (2003) trazem uma definição tipológica, que é baseada em três critérios: 1) natureza da organização formal do partido; 2) natureza dos compromissos programáticos do partido; 3) natureza da estratégia e normas comportamentais. Assim para os autores partidos confessionais são partidos do gênero de partidos de massa e que podem ser divididos em fundamentalistas ou pluralistas. São de massa pois possuem uma ampla base de membros ativos mesmo em períodos não eleitorais, e possuem relações com organizações externas (associações religiosas) que são meio facilitador para penetração em outras esferas da vida social, e disseminadoras das suas ideologias. Partidos confessionais pluralistas são tolerantes, democráticos, aceitam e agem dentro das regras do sistema, já os fundamentalistas são os que querem reorganizar o Estado e ter a sociedade sob seus preceitos religiosos, sendo o modelo teocrático.

Kirchheimer (2012) define partido confessional segundo as duas funções integracionistas que exercem: integração social na sociedade e também integração política no sistema político. Ou seja, atua em duas esferas da vida do indivíduo, sociedade e política.

Além de se saber o que são, é necessário saber quem são, ou seja, aplicar critérios de recorte do objeto. Mair & Mudde (1998) buscam definir uma família de partidos utilizando quatro critérios: i) nome; ii) plataforma política e ideologia; iii) ligações transnacionais/externas; iv) origem dos partidos; v) comportamento representativo. Outro trabalho que busca estudar partidos com vínculos religiosos, partidos democratas cristãos na América Latina, é o do Mainwaring & Scully (2010). Os autores utilizam os critérios de recorte a autodenominação das legendas em seu nome (democrata cristãos), afiliação a organizações transnacionais (Congresso Internacional da Democracia Cristã) e seus conteúdos dos documentos. Ou seja, há inúmeras formas de mensurar e identificar partidos denominacionais, mas optamos por resumir aqui os critérios que seriam possíveis para sua aplicação no Brasil tentando encontrar esta forma de organização da vida partidária dentre nossas legendas.

Assim para o recorte que utilizamos temos, como vistos acima, os critérios já empregados pela literatura:

- i) nome: PSDC, PSC e PTC apresentam em seu nome a palavra cristão, indicando ligação com religião;
- ii) presença de conteúdo, menções a entidades/órgãos religiosos em seus documentos: PSDC⁴, PSC⁵ e PTC⁶ apresentam menções ao cristianismo nos seus programas partidários;
- iii) ligação externa com órgãos religiosos: o PRB tem ligação com a Igreja Universal do Reino de Deus⁷, PSDC e PEN com a Assembleia de Deus⁸, no caso do PEN o partido tem na sua organização partidária o cargo Secretário Ecumênico, que até outubro de 2016 era ocupado por Lelis Washington Marinho, porta-voz da Convenção-Geral das Assembleias de Deus, hoje o cargo é ocupado por Oséias Santos da Silva, pastor da Assembleia de Deus em Sumaré-SP;
- iv) origem do partido: o PSDC tem sua origem no antigo PDC (Partido Democrata Cristão) de 1945, extinguido em 1965 pelo Ato Institucional nº2. Depois da reabertura democrática o PDC ressurgiu com o mesmo nome, em 1993 se funde ao PDS (Partido Democrático Social) formando o PPR (Partido Progressista Reformador), descontente com a fusão em 1995 Jose Maria Eymael funda o PSDC, o qual ainda permanece no cargo de presidente nacional do partido;
- v) comportamento representativo na frente parlamentar evangélica: a partir do pertencimento de algum deputado federal do partido nesta frente específica. A presença num grupo de interesse que defende a doutrina cristã publicamente é um critério importante, mas não suficiente. Isso porque há partidos que não

⁴ Trecho do Programa do PSDC: “proclama como sua doutrina, a Democracia Cristã, que realiza a Justiça sem destruir a Liberdade, tornando possível a convivência desses valores através da prática da Solidariedade” (Senado Federal 2014, p 271).

⁵ Trecho do Programa do PSC: “Assim nascia o Partido Social Cristão, sustentado na Doutrina Social Cristã, inspirado nos valores e propósitos do Cristianismo, em busca de uma sociedade justa, solidária e fraterna. O Cristianismo, mais do que uma religião, representa para o PSC um estado de espírito que não segrega, não exclui nem discrimina. ” (Senado Federal 2014, p 177).

⁶ Trecho do Programa do PTC: “O “PTC” se propõe a defender no cristianismo autêntico, firmado na trilogia: “fraternidade-paz-amor”! (...) “A liberdade é a essência da vida” (Papa João XXIII, referido no “Manifesto”). (Senado Federal 2014, p 173).

⁷ <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-15/voz-da-universal-no-congresso-prb-quer-dobrar-numero-de-prefeitos-e-mira-2014.html>

⁸ <https://noticias.gospelmais.com.br/assembleia-deus-responsavel-criacao-partido-politico-38007.html>

conseguem representação na Câmara dos Deputados, mas atuam em outras esferas eleitoral e legislativamente. Neste sentido este critério contribui com a caracterização do partido mais do que o partido na sua composição legislativa.

Quadro 1: Partidos confessionais e critérios de pertencimento

partido	nome	conteúdo	ligação externa	origem do partido	frente parlamentar evangélica
PRB	não	não	sim (IURD)	não	sim
PSDC	sim	sim	sim (AD)	sim	não
PSC	sim	sim	não	não	sim
PEN	não	não	sim (AD)	não	sim
PTC	sim	sim	não	não	não

No recorte, são considerados apenas variáveis da organização partidária e legislativa. Outro ponto é que há trabalhos que apontam que a presença de deputados federais evangélicos ocorre em diversas legendas (Borges 2009; Lacerda 2017). Além de que o recorte estaria atrelado apenas a partidos vitoriosos eleitoralmente em determinados níveis superiores, o que excluiria algumas legendas menores. O recorte pretende ser mais complexo e composto para identificar partidos que tragam em seu conteúdo programático e principalmente vínculos externos com instituições religiosas. Para que um partido seja então classificado como ‘confessional’ ele deve atender pelo menos dois dos cinco critérios estabelecidos no quadro 1. Apenas estas cinco agremiações possuíam ao menos dois critérios, de modo que as outras trinta legendas brasileiras foram excluídas por apresentarem apenas um (normalmente deputados federais membros da frente parlamentar evangélica) ou nenhum dos estabelecidos pela literatura.

4. Sistema partidário brasileiro: são todos iguais?

A investigação contida nesse texto se assenta em um desenvolvimento específico dos diagnósticos a respeito das organizações dos partidos brasileiros. De maneira geral, é possível identificar na literatura um movimento de progressivo reconhecimento de especificidades de nossos partidos, tradicionalmente tratados

como frágeis e desvinculados da sociedade. Talvez impulsionada por avanços metodológicos ou descobertas em outras áreas de atuação, percorremos um diagnóstico de uma quase indiferenciação dos partidos para descobertas que nos oferecem um quadro mais complexo, com importantes singularidades e movimentações que contradizem as antigas expectativas.

Antes hegemônica, a tese da indiferenciação de nossos partidos se assenta, principalmente, em fatores institucionais⁹. A ideia contida é que as regras estabelecidas ao longo da história política brasileira oferecem incentivos para a emergência de um arranjo organizacional específico. No caso na influência das formas de governo, muito influente com os trabalhos de Juan Linz (1990) e Arend Lijphart (1990)¹⁰ e da literatura distributivista norte-americana (LIMONGI, 1994), sistemas parlamentaristas fortaleceriam estruturas partidárias em detrimento ao político individual. Em contraposição, a separação de poderes contida no presidencialismo incentivaria um sistema político “personalista”, sem incentivos de comportamentos assentados em estruturas sólidas e comportamentos coesos no legislativo, gerando efeitos em todo sistema e nas organizações partidárias.

Certamente, o conjunto das regras eleitorais foi tratado como a principal responsável pelas estruturas dos partidos políticos brasileiros. A combinação institucional de sistema proporcional, lista aberta e distritos de alta magnitude foi vista como um grande incentivo à construção de partidos frágeis organizacionalmente, com a preponderância de líderes individuais, responsáveis por buscar autonomamente recursos para suas campanhas e, normalmente, entrarem em competição por votos contra candidatos de seu próprio partido¹¹. Como aponta Jairo Nicolau (2006, pg. 106), “(...) a lista aberta afeta os partidos por estimular a competição entre membros de uma mesma legenda”. O resultado

⁹ Cabe destacar que esse fator explicativo não é o único. Alguns autores também destacam fatores culturais e também estratégicos das elites políticas na montagem das instituições.

¹⁰ Como sustenta Lins (1990, pg. 108), “não há como questionar o papel central dos partidos políticos em um regime parlamentarista, o que não acontece no presidencialismo, onde a liderança pessoal e o carisma de um candidato a presidência podem superar ou ignorar um sistema partidário fragmentado e desestruturado”.

¹¹ Carlos Renulfo Melo assim afirma: “O cenário resultante é altamente competitivo, mas trata-se de uma competição personalizada: não apenas muitos partidos (...), mas um vasto exército de candidatos compete entre si pelo voto do eleitor. A estrutura de incentivos sob os quais operam os atores leva-os a priorizar estratégias que favoreçam a criação de laços entre os candidatos e os eleitores” (MELO, 2007, pg. 275-6)

é a constituição de um frágil padrão organizacional no Brasil: “Os partidos brasileiros caracterizam-se por organizações frouxas, que permitem que os políticos com desconsideração de regras e compromissos” (MAINWARING, 2001, pg. 220).

Convivendo com essa explicação, o fenômeno do surgimento do PT motivou uma infinidade de trabalhos, que ressaltavam a sua especificidade frente a esses incentivos “personalistas” (MENEGUELO, 1989; KECK, 1993). Logo, a experiência petista foi tratada a partir de sua singularidade nesse sistema repleto de partidos frágeis, de siglas que abrigam candidatos sem sólidos vínculos e compromissos com as estruturas nacionais¹². Os motivos desse tratamento não são difíceis de identificar. Tanto suas origens quanto seu comportamento no Congresso chamavam-se destacavam, sendo, para muitos, uma experiência muito próxima aos partidos de massa europeus. Como Wendy Hunter aponta: “*In a country noted for the weakness of its political parties, the PT stood out as uniquely well organized and unified*” (HUNTER, 2008, pg. 20). Assim, a formação do PT “traduzia (...) um vasto espectro de movimentos sociais organizados durante a transição para democracia em torno de reivindicações no plano socioeconômico e, ao mesmo tempo, de contestação do status quo” (Braga, 2009, pg. 68).

Mesmo com a identificação de profundas transformações na estrutura e atuação do partido nos últimos anos (Ribeiro 2009, 2010; Amaral, 2013), é importante destacar que o diagnóstico da singularidade frente aos demais persiste. O trabalho de Pedro Floriano Ribeiro (2009) é emblemático nesse sentido, pois, mesmo identificando mudanças estratégicas no sentido de uma aproximação com recursos empresariais e estatais, ainda se mantém significativamente atrelado parcelas da sociedade civil¹³. É importante destacar que esse destaque do PT se assenta em uma quase indiferenciação dos demais partidos. Ou seja, longe de

¹² Como Wendy Hunter aponta: “*In a country noted for the weakness of its political parties, the PT stood out as uniquely well organized and unified*” (HUNTER, 2008, pg. 20).

¹³ “Embora hoje o PT ainda consiga nadar na sociedade civil, está cada vez mais ajustado ao terreno estatal, em um processo de adaptação evolutiva. Com um pé no Estado e outro na sociedade, trata-se de um modelo híbrido e, em grande medida, ainda singular no quadro partidário nacional” (RIBEIRO, 2009, pg. 215).

negar a visão retratada nos parágrafos anteriores, essa interpretação acaba a reforçando, sendo ele um ator singular nesse ambiente com incentivos a um arranjo organizacional marcado pela completa autonomia de seus membros.

Destoando dessa interpretação, Fernando Guarnieri (2010) sustenta a existência de um quadro mais complexo do identificado. Definindo a organização do partido em termos da existência de uma estrutura sólida e não condicionada às vontades de poucas lideranças, o autor aponta que não apenas o PT pode ser classificado como mais organizado e descentralizado (poliárquico), mas também o PMDB entraria nessa categoria. Tratam-se de partidos com uma estrutura mais sedimentada em torno de diretórios e não tanto em comissões provisórias¹⁴. O PSDB, PDT e DEM entrariam em um grupo intermediário e o PTB e o PP seriam aqueles que se enquadrariam no grupo dos menos organizados. Assim, o diagnóstico de Guarnieri destoa da interpretação hegemônica o conjunto das organizações partidárias brasileiras mais heterogêneo que se imaginava, com gradações e diferenças que não se restringem à especificidade petista.

Assim, é possível identificar duas visões a respeito das organizações de nossos partidos. Embora tenham sido retratadas a partir de uma “linha evolutiva”, não é possível desprezar a força do diagnóstico que observa a indiferenciação de nossos partidos políticos. Partindo de uma interpretação que preza pela força explicativa das instituições nas estratégias dos atores políticos, é impossível ignorar a força da configuração de nosso sistema eleitoral no modo como nossos partidos se organizam. Entretanto, também é necessário problematizar esses incentivos a partir desse recente fenômeno, que é o da entrada das Igrejas evangélicas na vida político-partidária.

Se os vínculos sociais foram determinantes para a configuração do PT como um partido diferente de seus pares, será que podemos dizer o mesmo de outros partidos que possuem clara ligação com a base social de votantes. Diferente do

¹⁴ Essas comissões antecedem a formação dos diretórios e, segundo o autor, tornaram-se um dispositivo que acaba sendo um recurso importante para as lideranças partidárias: (...) como são os dirigentes partidários que escolhem os membros das comissões provisórias, são eles também que escolhem os delegados às convenções. Quando as comissões provisórias formam parte significativa dos órgãos partidários esses dirigentes possuem grande controle sobre as convenções, pois controlam parte significativa dos votos. (GUARNIERI, 2010, pg. 242).

que sustenta Panebianco (2005), entendemos que a conformação social do partido pode servir como esteira para a conformação organizacional do mesmo. Isso não quer dizer que há aqui uma relação uni causal ou de causalidade, mas sim que a dependência da estrutura partidária por parte de seus membros pode estimular a necessidade de uma organização capaz de sustentar candidaturas desprovidas de capital eleitoral (Calvo and Murillo 2004; Tavits 2012).

Contudo, concordamos com Panebianco no sentido de que a *falácia sociológica* não deve orientar a compreensão da organização partidária. O que apontamos aqui é apenas a necessidade de olharmos para um tipo específico de partido e como se dá a organização deste dada sua particular composição social. Para tanto, propomos olharmos um agrupamento partidário específico a partir da presença da doutrina religiosa como parte de seu ideário, em específico a doutrina cristã de viés neopentecostal.

A ligação destes partidos políticos com igrejas evangélicas os coloca numa posição bastante diferente da relação que outros partidos possuem com seu território de caça. Se os partidos brasileiros tendem a comportarem-se como um apanhado amorfo que busca ter a menor ossatura possível para captar a maior diversidade de candidatos e eleitores, partidos com clara ligação com uma doutrina e perfil específico de eleitorado devem ser examinados no sentido de descobrir se suas estratégias e formas de fazer política são também diferentes.

Assim, a hipótese aqui é que os partidos confessionais apresentem uma organização permeada pela religião e pelo entorno religioso fora da vida partidária.

Nesse sentido, a primeira informação é que de fato os partidos confessionais possuem uma concentração acima do esperado de candidatos a vereador oriundos das fileiras neopentecostais, conforme tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Distribuição e resíduos por religião e tipo de partido nas eleições 2016 em Curitiba

	tipo de partido	
	laico	confessional
evangélico pentecostal	18,90%	32,30%
	-1,2	2,8

outras religiões	81,10%	67,70%
	0,6	-1,4
total	641	130
	100,00%	100,00%

Fonte: LAPeS/UFPR - phi -.123; p < .001

Como podemos ver pelo resíduo padronizado apresentado (2,8) acima do limite crítico de 1,96 ($\alpha=0,05$), os partidos confessionais apresentam muito mais candidatos do que o esperado. Quando olhamos para a estatística de risco relativo, observamos que as chances de um candidato evangélico estar em um partido confessional é 1,78 vezes maior do que de um candidato não-evangélico.

A concentração deste tipo de candidato aponta para a caracterização do perfil do candidato evangélico nestas eleições. Nesse sentido, quando candidatos evangélicos concorrem por partidos laicos apenas 10,6% deles possuem ensino superior, já quando os mesmos concorrem por partidos confessionais este número salta para 25,8%, o que mostra que a maioria esmagadora de candidatos com ensino superior pertence à outras denominações religiosas. Além disso, dentre os candidatos evangélicos está a maior concentração daqueles que se classificaram como negros (12,9%) enquanto que dentre os candidatos não evangélicos esta proporção é muito menor (5,6%). Ou seja, o candidato evangélico é o que concentra as piores condições sociais na cidade de Curitiba durante o último pleito. Em geral é um candidato de baixa escolaridade, negro ou pardo, um retrato dos pertencentes ao estrato social inferior de qualquer cidade brasileira.

Dado essa sócio grafia dos candidatos pentecostais, o partido, se organizado, se distribuindo recursos de forma a maximizar a eleição de seus membros, poderia, como fez o PT durante anos (Costa, Bolognesi, and Codato 2015), suprir essa deficiência social dos mesmos.

O primeiro elemento é saber o quanto o partido atuou para lançar tais candidaturas. Partidos, como é bastante disseminado na literatura, distribuem de forma desigual seus recursos durante as campanhas eleitorais, privilegiando determinados candidatos e não outros (Norris and Lovenduski 1993; Schaefer 2017). Bem como, partidos possuem diferentes estratégias para fazer valer os recursos dispersos pela lista de candidatos. O que vemos na tabela 3 é a primeira

evidência de que os partidos confessionais brasileiros possuem especificidade organizacional.

Tabela 2 - Apoio obtido nas eleições de 2016 por tipo de partido

apoio para a eleição	tipo de partido	
	laico	confessional
recursos para campanha	43,30%	46,10%
std. res.	-0,2	0,4
espaço nos spots na TV	16,80%	13,30%
std. res.	0,4	-0,8
apoio da militância	11,20%	8,60%
std. res.	0,3	-0,7
desfrutar do prestígio do partido	6,50%	7,00%
std. res.	0	0,2
assessoria jurídica	15,80%	7,00%
std. res.	1	-2,2
não obtive apoio	6,40%	18,00%
std. res.	-1,7	3,8
total	100,00%	100,00%
	644	128

Fonte: LAPeS/UFPR | Cramer's V .179 / p < .000

Como o resíduo destacado denota, o que diferencia os partidos doutrinários de seus pares laicos reside no fato de que boa parte de seus candidatos não espera receber nenhum tipo de apoio da organização para sua campanha eleitoral. O partido, assim como os demais, distribui o que é regido por lei e dá espaço para seus candidatos no horário eleitoral gratuito e garante que os mesmos terão direito a um mínimo material de campanha, como panfletos e santinhos. Contudo, as legendas confessionais oferecem muito menor proporção de assistência jurídica para seus candidatos e concentram a maior parte daqueles que afirmaram não terem recebido nenhum apoio do partido para o pleito, com resíduos positivos de 3,8.

Isso pode ocorrer na medida em que as lealdades partidárias nos partidos confessionais são direcionadas diretamente às suas bases eleitorais e não para o interior da organização. Os candidatos deste tipo de partido preferem contar com uma fonte patrocinadora do que com a agremiação para patrocinar sua carreira política. Assim, perguntamos aos candidatos entrevistados quem foi o

responsável por selecioná-lo para a lista de pleiteantes à cadeira na Câmara Municipal. As respostas constam na tabela 4 logo abaixo.

Tabela 3 - *Selectorate* e tipo de partido nas eleições de 2016 em Curitiba

quem selecionou?	tipo de partido	
	laico	confessional
filiados do partido	38,10%	34,40%
std. res	0,3	-0,6
delegados eleitos	20,70%	18,40%
std. res	0,2	-0,5
líder partidário	38,90%	40,00%
std. res	0	0,2
organização ligada	2,30%	7,20%
std. res	-1,2	2,6
	622	125
totais	100,00%	100,00%

Fonte: LAPeS/UFPR | Cramer's V .110 $p < .030$

Como podemos ver, a maior parte dos candidatos é selecionada dentro do partido. E dada a exigência legal para que a candidatura seja partidária, impedindo candidaturas independentes, isso é mais do que esperado. O que foge à regra é quando candidatos afirmam, mesmo que proporcionalmente represente pouco, que foram selecionados por uma organização ligada ao partido. Se ainda esse dado fosse uma constante para qualquer tipo de partido, o comportamento não surpreenderia. Mas o que vemos é que os candidatos de partido confessional são indicados muito mais frequentemente por organizações externas ligadas ao partido do que nas legendas laicas. Os resíduos positivos de 2,6 mostram que a quantidade de casos concentrada nesta situação se encontra acima daquilo esperado. Ou seja, o *selectorate*, os *gatekeepers* (Bolognesi 2013; Braga 2008; Norris and Lovenduski 1997) operam fora da organização partidária, o que, promove lealdades pouco associadas ao partido político em si (Siavelis and Morgenstern 2009).

Ainda os candidatos de partidos confessionais tendem também a possuir lealdades direcionadas para outros elementos que não o partido pelo qual estão disputando a eleição neste ano. Num teste de comparação de médias

encontramos que o tempo de filiação médio dos candidatos de partidos confessionais é 1,05¹⁵ ano menor do que nos partidos laicos. A média de filiação anterior à eleição nos partidos laicos é de 2,7 anos. É claro que no interior da categoria de ‘partidos laicos’ encontram-se partidos de forte apelo ideológico. Mas no sentido de visão de mundo, a doutrina cristã exerceria o mesmo papel de ideologias como socialismo, comunismo, liberalismo, conservantismo. Ainda, mesmo dentre os partidos laicos, há inúmeras agremiações fisiológicas e eleitoralistas, onde a lealdade partidária também não é a tônica. Para resumir esta é mais uma evidência no sentido de que os candidatos dos partidos confessionais, ao menos no que se refere ao nível municipal, possuem baixíssimo potencial de lealdades partidárias. Onde então estão direcionadas as lealdades dos candidatos nos partidos confessionais nas eleições da capital paranaense?

Tabela 4 - Participação em associações civis por tipo de partido dos candidatos nas eleições de 2016 em Curitiba

associativismo	tipo de partido	
	laico	confessional
outras	8,10%	8,50%
std. res.	0	0,1
organizações laicas	63,80%	55,80%
std. res.	0,4	-1
organizações religiosas	15,90%	24,00%
std. res.	-0,8	1,9
organizações de trabalhadores	12,30%	11,60%
std. res.	0,1	-0,2
totais	643	129
	100,00%	100,00%

Fonte: LAPeS/UFPR | Cramer's V .083 $p < .015$

Como a tabela acima mostra, o padrão associativo dos candidatos à vereança é dado pela participação em associações de bairro, associações culturais, grupos de recreação ou organizações de minorias como mulheres e negros, agregadas na categoria de ‘organizações laicas’. Quando perguntamos sobre a participação em organizações religiosas os únicos candidatos que apresentam esta como uma

¹⁵ F test 16,871, $p < .000$ | t 3.195, $p < .002$ $\alpha .05$.

segunda proporção de participação são justamente os candidatos dos partidos religiosamente doutrinários. Apesar da frequência ser ainda minoritária, foi acima do esperado, dado o resíduo padronizado apresentado. Ou seja, há ali uma maior concentração de inserção nestas organizações do que dentre candidatos de outros partidos.

Isso reforça que os laços de lealdade e de sociabilidade política deste grupo está inserido fora do partido político. O personalismo é denominador comum para a maioria dos candidatos que disputaram as eleições municipais de Curitiba no último ano. Contudo, há uma especificidade na relação dos candidatos de partidos confessionais: o seu personalismo está ligado à uma esfera fora do partido, mas não de forma atomizada. São candidatos que tendem a representar com maior frequência o mundo religioso e não o mundo partidário. Quando os comparamos com os candidatos de partido laico, a representação é individual, conectada da mesma forma do que o candidato médio a representações de grupos. Não há diferença nos padrões de comportamento entre os últimos.

Portanto, três elementos da organização partidária no nível municipal foram aqui observados. O primeiro a capacidade do partido em servir como estrutura de apoio para seus candidatos, tornando-se um elemento central para a relação deste com a organização. O segundo o estabelecimento de lealdade entre a agremiação e o candidato, revelado aqui pela seleção do último e o tempo de filiação do mesmo. O terceiro a relação do partido com o ambiente, o peso que organizações fora da vida partidária possuem na representação eleitoral de seus candidatos.

5. Conclusões

Não há diferenças radicais, portanto, entre a forma com que os partidos confessionais se organizam e seus pares laicos. As diferenças são residuais e encontram-se sempre na margem do sistema representativo.

Se nossa intenção aqui era mostrar como os partidos confessionais estão ligados às estruturas fora do ambiente partidário para além da reputação pessoal de candidatos podemos dizer que a hipótese se confirma, ainda que de forma bastante peremptória. Olhando ponto a ponto na estruturação organizativa das

legendas denominacionais, vemos que, assim como as outras elas não possuem capacidade de oferecer a seus membros nada além daquilo que os demais partidos oferecem. Um apoio limitado na forma de um parco material de campanha. Contudo, nos partidos confessionais a estrutura tende de ser ainda minorada, relegando para o candidato ou para arenas externas a função de inseri-los na tarefa representativa (Carvalho 2003).

O segundo ponto, a capacidade do partido em estabelecer relações de lealdade com seus candidatos fica em pé de igualdade na maior parte das vezes, onde os candidatos de partidos confessionais são escolhidos, e, portanto, conectam-se, com os líderes partidários. Diferentes de outras agremiações, principalmente nos partidos de esquerda europeus (Hazan and Rahat 2006), onde a direção da lealdade é partidária através da seleção de delegados ou colégio de líderes, aqui não esperamos qualquer comportamento neste sentido, mas sim uma relação que se dá no topo da organização. Mesmo que o corpus de candidatos seja escolhido por diferentes métodos, numa seleção mista (Rahat and Hazan 2001), cada indivíduo direciona suas lealdades de forma difusa, sem uma referência, o que certamente tende ao personalismo. Contudo, não podemos deixar de notar que é justamente entre os confessionais que o peso de uma organização externa ao partido confere maior importância do que nas legendas laicas. Isso evidencia não o predomínio desta organização, mas o espaço dado para uma instância fora da vida partidária.

Por fim, o associativismo dos candidatos em partidos confessionais pode ser uma resposta parcial para onde os candidatos destes partidos buscam capital eleitoral. Enquanto a maioria dos candidatos está envolvida com associações laicas e religiosas em menor proporção, os candidatos de partidos confessionais são aqueles que mais militam em organizações religiosas. Não é preciso estabelecer aqui uma relação de causalidade entre tais elementos, mas a teoria sustenta suficientemente para que nós possamos afirmar que estes comportamentos estão conectados.

Não há um achado definitivo em nosso trabalho. O que mostramos são pequenas diferenças que possuem a limitação no tempo e no espaço. Por outro lado, fica

claro o peso do personalismo e da quase inobservância dos partidos políticos como *players* na contenda eleitoral. A nota que é ouvida em cada questionário respondido é de um comportamento individualista, autocentrado e preocupado apenas em conquistar votos para as representações que interessam somente ao candidato. O autojulgamento político como capaz de representar o eleitor investido na reputação pessoal e nos recursos atomizados é a principal característica da política eleitoral ao nível municipal.

Referências

- Bolognesi, Bruno. 2013. "A Seleção de Candidaturas No DEM, PMDB, PSDB E PT Nas Eleições Legislativas Federais Brasileiras de 2010: Percepções Dos Candidatos Sobre a Formação Das Listas." *Revista de Sociologia e Política* 21(46): 45–68.
- Braga, Maria do Socorro Sousa. 2008. "Organizações Partidárias E Seleção de Candidatos No Estado de São Paulo." *Opinião Pública* 14(2): 454–85.
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762008000200008&script=sci_arttext&tlng=es (July 19, 2012).
- Calvo, Ernesto, and Maria Victoria Murillo. 2004. "Who Delivers? Partisan Clients in the Argentine Electoral Market." *American Journal of Political Science* 48(4): 742–57.
- Carvalho, Nelson Rojas De. 2003. *Em Nome Das Bases*. São Paulo: Editora Revan.
- Costa, Luiz Domingos, Bruno Bolognesi, and Adriano Codato. 2015. *Onde Estão Os Trabalhadores Nas Listas de Candidatos Dos Partidos Brasileiros?* Curitiba-PR.
- Dantas, Bruna Suruagy do Amaral. 2011. "Religião E Política: Ideologia E Ação Da 'Bancada Evangélica' Na Câmara Federal."
- Hazan, Reuven Y, and Gideon Rahat. 2006. "The Influence of Candidate Selection Methods on Legislatures and Legislators : Theoretical Propositions , Methodological Suggestions and Empirical Evidence." *The Journal of Legislative Studies* 12(3): 366–85.
- Norris, Pippa, and Joni Lovenduski. 1993. "If Only More Candidates Came Forward – Supply-Side Explanations of Candidate Selection in Britain." *British Journal of Political Science* 23(3): 373–408.
- . 1997. "United Kingdom." In *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, ed. Pippa Norris. Cambridge: Cambridge University Press, 158–86.

- Panebianco, Angelo. 2005. *Modelos de Partido: Organização E Poder Nos Partidos Políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rahat, Gideon, and Reuven Y. Hazan. 2001. "Candidate Selection Methods: An Analytical Framework." *Party Politics* 7(3): 297–322.
<http://ppq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354068801007003003> (July 18, 2012).
- Schaefer, Bruno Marques. 2017. "Como Os Partidos Brasileiros Distribuem Os Recursos Do Fundo Partidário ? Evidências a Partir Das Eleições de 2014." *Observatório de elites políticas e sociais do Brasil* 4(5): 1–16.
- Senado Federal. 2014. *Partidos Políticos Brasileiros: Programas E Diretrizes Doutrinárias*.
- Siavelis, Peter M., and Scott Morgenstern. 2009. "Reclutamiento Y Selección de Candidatos En América Latina: Un Marco Para El Análisis." In eds. Flávia Freidenberg and Manuel Alcántara Saéz. Distrito Federal: Tribunal Electoral del Distrito Federal.
- Tavits, Margit. 2012. "Organizing for Success: Party Organizational Strength and Electoral Performance in Postcommunist Europe." *The Journal of Politics* 74(1): 83–97.
- BOLOGNESI, Bruno. (2013). A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), 45-68.
- BORGES, Tiago. "Identidade Política Evangélica e os Deputados Estaduais Brasileiros". *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 35, 2009.
- BRAGA, Maria do Socorro. "Partido dos trabalhadores: condições de origem e variações estaduais". In: ANGELO, V.A, VILLA, M. A., *O partido dos trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos, Ed. EdUFSCar, 2009.
- BURITY, Joanildo. "Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002". In: BURITY, J, MACHADO, M., *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fund. Joaquim Nabuco/Ed. Massangana.

- CAMPOS, Leonildo S. “De políticos de cristo: uma análise do comportamento político dos protestantes históricos e pentecostais no Brasil”. In: BURITY, J, MACHADO, M. D. M. Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Editora Massangana, 2005.
- FRESTON, Paul. Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Campinas. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1993
- GUNTHER, R. & DIAMOND, L., 2003. Species of Political Parties: A New Typology. *Party Politics*, 9(2), pp.167–199. Available at: <http://ppq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/13540688030092003> [Accessed March 27, 2014].
- KIRCHHEIMER, O., 2012. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (7), pp.349–385. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000100014&script=sci_arttext [Accessed August 30, 2012].
- LACERDA, Fabio. Evangelicals, Pentecostals and Political Representation In Brazilian Legislative Elections (1998-2010). *Revista Brasileira de Ciências Sociais.*, São Paulo , v. 32, n. 93, e329310, 2017
- MACHADO, Maria das Dores. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2006.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. (2012). Religião, cultura e política. *Religião & Sociedade*, 32(2), 29-56.
- MACHADO, Maria D. C.; BURITY, Joanildo. “A ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos”. *Dados*, vol. 57, no. 3, pp. 601-631, 2014
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MARIZ, Cecília e GRACINO JR., Paulo. “As igrejas pentecostais no Censo de 2010”. In: TEIXEIRA, F., MENEZES, R., *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis, Editora Vozes, 2013.
- ORO, Ari P. “A Política da Igreja Universal e seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros”. *RBCS*, vol. 18, no. 53, pp 53-69, 2003
- PIERUCCI, Antônio F.. “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. In: PIERUCCI, A.F, PRANDI, R., *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- SCHOENFELDER, Rosilene; PAZ, Joice L.. “A Igreja do Evangelho Quadrangular nas Eleições de 2006: a Disputa pela Vaga de Deputado Federal”. *Debates do NER*, ano 7, no. 10, pp. 27-37, 2006
- GUARNIERI, Fernando. “A força dos partidos ‘fracos’”. *Dados*, Rio de Janeiro , v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011

HUNTER, Wendy. "The Partido dos Trabalhadores: still a party of the left?". In: KINGSTONE, P, POWER, T., Democratic Brazil Revisited. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 2008.

LINZ, Juan. "Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença?". In: LAMOUNIER, B. A opção parlamentarista. São Paulo: IDESP/ Editora Sumaré, 1990.

LIJPHART, Arend. "Presidencialismo e democracia majoritária". In: LAMOUNIER, B. A opção parlamentarista. São Paulo: IDESP/ Editora Sumaré, 1990.

MELO, Carlos Ranulfo. "Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro". In: MELO, C. R., SÁEZ, M. A., A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Rio de Janeiro/Porto Alegre, FGV Editora/Mercado Aberto, 2001.

NICOLAU, Jairo. "O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil". In: NICOLAU, J, POWER T.. Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Editora UFMG/ IUPERJ.

RIBEIRO, Pedro F., "O PT, o Estado e a sociedade". In: ANGELO, V.A, VILLA, M. A., O partido dos trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada. São Carlos, Ed. EdUFSCar, 2009.